



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE

IZABELLE DIAS SILVA

**A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A EDUCAÇÃO INFANTIL:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO CURRÍCULO ESCOLAR**

Brasília - DF

2018

IZABELLE DIAS SILVA

**A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A EDUCAÇÃO INFANTIL:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO CURRÍCULO ESCOLAR**

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Educação como requisito para a obtenção do título de graduada no Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof.^a Dra. Cristina Massot
Madeira Coelho

Brasília - DF
Julho de 2018

IZABELLE DIAS SILVA

**A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A EDUCAÇÃO INFANTIL:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO CURRÍCULO ESCOLAR**

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Educação como requisito para a obtenção do título de graduada no Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof.^a Dra. Cristina Massot Madeira Coelho

Aprovado em: ____/____/_____.

Prof.^a Dra. Cristina Massot Madeira Coelho (Orientadora – FE – UnB)

Prof.^a Msc. Maria Aparecida Camarano Martins (Examinadora – FE - UnB)

Prof.^a Msc. Débora Cristina Sales da Cruz Vieira (Examinadora Suplente – FE - UnB)

Brasília – DF

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais e familiares por sempre incentivarem e apoiarem meus estudos, me ensinando a nunca desistir e, assim, inspirando minha caminhada no campo acadêmico.

Agradeço a Deus pelas oportunidades concedidas desde o ingresso no vestibular e, também, durante toda a minha trajetória dentro da Universidade de Brasília.

À professora Doutora Cristina Massot Madeira Coelho, por toda paciência, dedicação e amparo. Suas aulas e instruções despertam um olhar positivo e esperançoso em relação a todos os atores educacionais envolvidos no processo educativo.

Às professoras e à escola participantes do trabalho, pela excelente recepção, participação e profissionalismo.

Por fim, agradeço a todos que participaram direta ou indiretamente do meu processo de formação, impulsionando meu desejo de ser Pedagoga.

RESUMO

Os debates a respeito da Educação Infantil perpassam diferentes épocas, como é possível perceber em documentos como a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Na atualidade, educadores e a sociedade, após longas discussões, elaboraram o documento da Base Nacional Comum Curricular, que reúne orientações a serem utilizadas nas escolas brasileiras da Educação Infantil. O documento, embora muito recente, passou por longo período de discussão e tem sido objeto de fartas campanhas de mídia, largamente veiculado. Diante do exposto, esse estudo visa a compreender as percepções de professores da educação infantil acerca da implementação de aspectos veiculados na Base Nacional Comum Curricular em suas práticas e planejamentos pedagógicos. Procura-se também, compreender aspectos da realidade de uma sala de aula, de Educação Infantil localizada em uma região administrativa do Distrito Federal por meio da análise de episódios que auxiliam o entendimento da problemática. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo. Tendo como base a discussão do documento legal da Base Nacional Comum Curricular e de abordagens sobre o currículo, foi possível expor concepções relacionadas à infância, a Base Nacional Comum Curricular e às questões relacionadas ao currículo utilizado na instituição de Educação Infantil estudada.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular. Educação Infantil. Currículo na Educação Infantil.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	6
1	MEMORIAL	8
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1	A Infância	11
2.2	Base Nacional Comum Curricular	15
2.3	Campos de Experiência	21
2.4	Currículo na Educação Infantil	26
3	METODOLOGIA	30
4	ANÁLISE DE DADOS	32
4.1	O Contexto e o cenário da pesquisa	32
4.2	Dando sentido ao vivido	33
4.2.1	Brincando também se aprende	33
4.2.2	Um olhar diferente para aprendizagem	36
4.2.3	Experienciando	39
	CONCLUSÃO	42
	REFERÊNCIAS	44

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, um número crescente de estudos tem investigado a primeira etapa da educação básica, procurando compreender aspectos físicos, intelectuais e sociais das crianças inseridas na Educação Infantil (EI), buscando a reformulação, afirmação ou reconstrução de aspectos importantes para a aprendizagem e desenvolvimento das pessoas dentro e fora do ambiente escolar.

Diversos são os desafios e as possibilidades encontrados por professores, pesquisadores, família e diferentes atores educacionais no decorrer da EI, porque questões como, por exemplo, a maneira como a criança deve ser percebida e os currículos escolares utilizados nessa etapa precisam de observação e discussão para que ocorra uma educação de qualidade.

Sendo assim, a relevância de pensar em documentos que procurem esclarecer e apresentar um direcionamento para os atores educacionais, no que se refere ao seu conteúdo e à sua forma em relação ao ambiente escolar, está sendo reconhecida por diversos autores, pesquisadores, educadores e sociedade.

Tem-se como exemplo recente e pertinente à Educação Infantil o documento denominado como Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que procura orientar os atores educacionais brasileiros no que se refere às experiências e situações vivenciadas nessa etapa educacional. A BNCC orienta a maneira como serão discutidos os currículos estabelecidos nas escolas. Como consequência, estabelece peculiaridades a serem trabalhadas especificadamente na infância.

Percebendo as mudanças que estão ocorrendo na Educação Infantil, a partir da obrigatoriedade de novas propostas que partem da BNCC, é importante responder a problemática de como os professores percebem a utilização de novas proposições estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular e que contagiam as práticas e os planejamentos utilizados em sala de aula.

Para isso, faz-se necessário, como objetivo geral, identificar percepções de professores a respeito de eixos e campos de experiências propostos pela Base Nacional Comum Curricular. Os objetivos específicos têm em vista: I) Verificar a maneira como os professores utilizam o currículo em sala de aula na Educação Infantil; II) Fazer um paralelo entre a percepção declarada pelo professor e o que ocorre em sala de aula; III) Compreender como o professor lida com o campo de

experiência “Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação” em sala de aula e se isso é compreendido como conteúdo curricular.

O presente trabalho está organizado em duas partes. A primeira contém essa introdução e o memorial descritivo, que busca apresentar determinadas situações e experiências vivenciadas no decorrer dos anos, e que aproximaram a autora do estudo da Educação Infantil e seus desdobramentos. A segunda parte está dividida em três capítulos, em um primeiro momento, um embasamento teórico, seguido da metodologia aplicada e a análise e discussão dos dados coletados a partir de observações e experiências vivenciadas na instituição de ensino pesquisada.

Ao final, são apresentadas considerações a respeito dos resultados obtidos, a partir de uma discussão baseada na teoria e nas aplicações práticas, propondo uma compreensão que auxilie no entendimento da temática.

1 MEMORIAL

Considero importante elencar e evidenciar situações e experiências relevantes do meu projeto pessoal e profissional, que estão sendo construídos por acontecimentos do meu passado e que permeiam minha vivência escolar, e, também, do meu presente, que está interligado a minha experiência no curso de Pedagogia.

Fatos que auxiliam na construção da minha personalidade, formação social, pessoal e, também, profissional são imprescindíveis, ou seja, não é possível compreender minha formação acadêmica sem olhar para fatos passados e refletir a respeito.

A escolha do curso de Pedagogia foi motivada pelo meu envolvimento ativo com a escola durante os anos escolares, mais precisamente durante a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, porque sempre gostei de ir à escola e, principalmente, participar das atividades propostas.

Durante a Educação Infantil, meus pais me motivaram a sempre participar das atividades, sendo assim, lembro que a escola e os professores traziam para mim o sentimento familiar, o que me levava a raramente querer faltar às aulas, levando-me a sempre estar próxima dos professores e da equipe pedagógica.

Acredito que o fato de sempre ter estudado em escolas com espaço físico menor, poucos alunos e uma equipe pedagógica reduzida influenciou minha aproximação do ambiente escolar, dos colegas e professores. Além de influenciar minhas brincadeiras, que estavam, na maioria das vezes, relacionadas a brincar de ser professora e em que eu organizava minhas aulas, escrevia no quadro, tentando reproduzir o que vivia durante os momentos em sala de aula.

No Ensino Fundamental, por gostar de estar envolvida nos projetos da escola, ocorreu um interesse em dar voz aos estudantes por meio da representatividade no conselho escolar. Desta forma, me candidatei como representante de classe, ganhando a eleição e me reelegendo nos anos seguintes. Esse fato me aproximou dos problemas, estratégias escolares, equipe pedagógica e alunos da escola, levando a um, ainda maior, envolvimento com a escola.

Minha jornada acadêmica teve início no ano de 2014 após minha aprovação no vestibular da Universidade de Brasília (UnB). No decorrer da graduação, não tive experiências relacionadas a projetos de extensão e iniciação científica, até tentei o

ingresso em um projeto com ênfase na formação de professores, mas não consegui êxito.

Porém, as disciplinas me aproximaram da realidade educativa e dos ambientes escolares, o que auxiliou minha formação acadêmica. As discussões a respeito das diversas teorias, visões, didáticas e maneiras de ensinar levaram a minha reflexão sobre o que é a pedagogia, seu objetivo e como devo agir em relação a minha formação acadêmica.

Fato que contribuiu ainda mais com as minhas experiências dentro do curso de Pedagogia foi a oportunidade de conseguir realizar desde o Projeto 03 até o Projeto 05¹ com a mesma professora, seguindo uma linha que desencadeou no meu trabalho final. Durante a realização desses projetos, compreendi diversos temas, como, por exemplo, estudos a respeito de desenhos infantis, didática, planejamento e avaliação. Essas temáticas contribuíram para a escolha da minha pesquisa, que ocorreu sem grandes dilemas.

A vivência prática, por meio de estágios, trouxeram experiências significativas para minha formação. Acreditando que seria importante ter novas vivências em situações práticas, ingressei em um estágio remunerado na Escola de Governo do Senado Federal, em que trabalhei com cursos a distância.

Em paralelo, estava realizando o estágio obrigatório, a escolha da instituição se deu, porque, desde o Projeto 03, eu realizava observações na escola e construí uma aproximação com os alunos, o diretor, a coordenação e os professores, o que levantou questões para a construção da problemática do meu trabalho final, levando-me a realizar minha pesquisa dentro da escola em questão.

Dessa forma, a monografia reflete, principalmente, as experiências vivenciadas desde o Projeto 03 na instituição escolar em que fui acolhida e tive a liberdade de perceber os pontos positivos e negativos. Expresso, por meio do trabalho de conclusão de curso, uma pequena amostra do que foram os anos no curso de Pedagogia, relacionando, principalmente, a análise da temática que mais me interessou em sala de aula: o currículo na Educação Infantil.

Na Faculdade de Educação durante toda a graduação participei de palestras, discussões, rodas de conversa sobre temas relacionados à educação, como, por

¹ Os projetos, de 01 a 05, são disciplinas obrigatórias do currículo do curso de graduação em Pedagogia, da Universidade de Brasília, que objetivam desde a introdução do estudante à vida acadêmica até a concepção, a elaboração e a defesa de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (UNB, 2016).

exemplo, a concepção de infância, a didática escolar e as formas de avaliação, momentos que trouxeram grandes ganhos, ampliando, principalmente, meu referencial teórico, o que auxiliou na construção de pesquisa, melhorando, também, minha escrita durante o curso de pedagogia.

Perceber os caminhos trilhados, com altos e baixos, aponta para uma nova etapa que será o ingresso no mercado de trabalho e, também, a possibilidade de uma pós-graduação.

A possibilidade de poder contribuir com a educação brasileira, como professora da rede pública de ensino, por meio da minha formação como pedagoga, é de grande importância. Pretendo atuar em sala de aula no início da minha carreira profissional.

Tenho em vista minha formação continuada por meio, também, de uma pós-graduação, porque estar em contato com a pesquisa é algo que me atrai e auxilia também na prática pedagógica.

Por tudo isso, ter a oportunidade de me formar como Pedagoga é gratificante e desafiador, porque falta o reconhecimento da profissão, porém como pedagoga em parceria com a sociedade é possível modificar essa realidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A Infância

Diversos estudos são realizados a respeito da educação infantil, enfatizando a importância do processo educativo para as crianças. Problemáticas são levantadas e, para melhor compreender a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças nessa etapa, é necessário que algumas questões sejam respondidas, como por exemplo, entender qual a infância está sendo considerada nos sistemas de ensino brasileiros, quem é a criança envolvida nesse processo e o contexto em que está inserida, desencadeando, assim, os processos desenvolvidos na Educação Infantil.

Pode-se definir que a maneira como cada professor entende a infância reflete diretamente em como realiza suas práticas pedagógicas.

Couto (2008) afirma que a maneira como o professor percebe a infância reflete na postura do professor em sala de aula e que, a partir de suas concepções de infância, construirá uma pedagogia voltada para a criança ou uma pedagogia apenas escolarizante, preocupada com vigiar, moldar e punir.

Porém a concepção de infância construída pelos professores parece não ser muito discutida nos ambientes escolares, ou seja, cada professor carrega sua concepção e organiza nas situações vivenciadas no decorrer do ano letivo.

Essas concepções são trazidas desde a experiência que o profissional teve em sua jornada escolar, sendo que, muitas vezes, o professor cria raízes em sua memória e, apesar de novas perspectivas serem apresentadas no decorrer de sua formação, acaba por se apoiar naquilo que foi apresentado no decorrer de suas vivências.

Por exemplo, o professor compreende, no decorrer da sua formação acadêmica, que é necessário que as crianças vivenciem experiências e situações que auxiliem na sua autonomia e convivência, porém, ao se deparar com dificuldades em sua turma, acaba realizando atividades punitivas, que não favorecem o processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

Associar as questões da infância ao mundo adulto é uma questão histórica que vem sendo construída no decorrer dos séculos, porque, as crianças são entendidas a partir do olhar do adulto, esse que tenta entender o que acontece com

as crianças, a partir da observação, estudos e pesquisas, esquecendo-se de dar voz às crianças.

A partir da análise dos processos ocorridos na infância, obtidos por diferentes maneiras de olhar a criança, muitas teorias foram sendo construídas visando entender e auxiliar o desenvolvimento infantil.

Cabe ao professor o estudo das diversas concepções para, assim, construir sua própria concepção de infância, sendo importante considerar a criança como uma pessoa ativa no processo de ensino, sem desejar apenas moldar ou estimular o estudante.

Diversas vezes, o professor declara ter uma concepção em que procura auxiliar a criança a desenvolver suas experiências, a partir de brincadeiras, desenhos, imaginação, respeitando os direitos da infância, porém, no planejamento de suas aulas, a criança realiza, na maioria das vezes, atividades xerocadas ou de outra natureza que não auxiliam o estudante a ser ativo no processo, reduzindo a experiência educacional a repetir e memorizar conteúdos, desde a Educação Infantil.

O processo de construção de concepções ocorre no decorrer da formação e das vivências do professor durante toda a vida, porém um dos momentos de grande importância em que são construídas bases que sustentam o profissional no decorrer da sua atuação ocorre durante sua formação no curso de Pedagogia. Sendo assim, os currículos devem ser pensados de forma responsável, considerando que as experiências e situações vivenciadas precisam considerar a criança como um indivíduo ativo e consciente no processo educacional.

Como pedagogos em formação, conhecer, sintetizar, estudar e vivenciar as diversas possibilidades de trabalhar com as crianças na educação infantil, considerando os diferentes indivíduos, leva também a uma busca pela organização do espaço educativo visando o desenvolvimento humano a partir de uma educação que coloca o educando como uma pessoa ativa no processo de aprendizagem e desenvolvimento, impulsionando as potencialidades de todos os envolvidos no processo educativo.

Segundo Couto (2008), os professores são chamados a desenvolver uma pedagogia transformadora, que credita à criança direitos, compreendendo suas vontades e motivações, escutando sua voz para que a ação pedagógica seja transformada em uma atividade compartilhada. Sendo assim, um processo de parceria, principalmente entre professor e aluno, confere à educação uma maior

qualidade e, conseqüentemente, um aprendizado em que o contexto, o processo e os indivíduos são considerados.

O educador deve ter um olhar sensibilizado e dar importância para as subjetividades das crianças, isto é, não enxergar o estudante por meio de uma perspectiva voltada apenas para conteúdos e seus aspectos biológicos, e, sim, por uma visão do seu contexto social e das suas emoções.

Desde criança, são enfrentados caminhos de aprendizagem, nos quais são desenvolvidas habilidades, porém também ocorre a descoberta de diversos obstáculos internos e externos. No ambiente escolar não é diferente, porque são encontrados diversos obstáculos educacionais, cabe aos atores educacionais em parceria com os estudantes e as famílias descobrirem diariamente caminhos que favoreçam uma boa aprendizagem para todos, pois, assim teremos uma sociedade mais inclusiva.

Os aspectos relacionados ao ambiente escolar possuem grande relevância no aprendizado e no desenvolvimento das crianças, porém é sabido que outros fatores também influenciam na qualidade de ensino na Educação Infantil.

A família poderia ser citada como um dos pilares para que a educação ocorra e a criança se desenvolva de maneira crítica e reflexiva no processo educacional, cabendo aos familiares incentivar, auxiliar nas tarefas e estar atentos ao que ocorre dentro do ambiente escolar e nos diversos espaços sociais frequentados por essa criança.

De acordo com Couto (2008), crianças expostas a uma gama ampliada de possibilidades interativas têm seu universo pessoal de significados ampliado, desde que estejam em contextos coletivos de qualidade. E isso é válido para todas as crianças, independente de sua origem, etnia ou religião.

Sendo assim, é necessário levar em consideração todos os ambientes sociais em que a criança está inserida, a escola, a família e os mais diversos locais em que são vivenciadas situações que são significadas e geram novos processos de aprendizagem.

No decorrer dos últimos séculos, a infância passou por um momento em que, aos poucos, essa etapa da vida foi ganhando relevância, sendo estudada e, principalmente, considerada pela sociedade como um indivíduo singular, cuja aprendizagem e desenvolvimento precisavam ser estudados e compreendidos.

Passa-se por um processo de reconstrução da percepção da infância, porque

As crianças eram tratadas como adultos em miniatura: na sua maneira de vestir-se, na participação ativa em reuniões, festas e danças. Os adultos se relacionavam com as crianças sem discriminações ou preocupações com seu desenvolvimento, falavam vulgaridades, realizavam brincadeiras grosseiras, todos os assuntos eram discutidos na sua frente, inclusive a participação em jogos sexuais. (COUTO, 2008, p. 20).

A partir dessa narrativa, fica nítido que as crianças não tinham seus espaços respeitados e suas singularidades levadas em consideração, o que, com o decorrer dos anos, foi sofrendo mudanças, e, cada vez mais, a infância ganha relevância, sendo considerada como um momento de grande importância na formação dos indivíduos.

Valorizar a infância significa, também, pensar melhores maneiras de educação para os bebês e as crianças, que necessitam de políticas públicas, documentos que amparem sua legitimidade e, também, currículos que direcionem a aprendizagem na Educação Infantil.

A Educação Infantil seria um espaço que aponta para uma maior interação das crianças, momento para a utilização de brincadeiras como recurso pedagógico, ou seja, considerar as situações e vivências do estudante para que as diversas temáticas propostas nos currículos possam ser efetivadas.

Consoante Couto,

A Educação Infantil deve ser reconhecida como um direito da criança, como um espaço de vida e saúde, de interações, de descobertas e aprendizagem, de desenvolvimento das potencialidades e cidadania infantil. Não apenas como um meio de preparação para o Ensino Fundamental ou com a ideia ultrapassada de ser uma instituição assistencialista ou compensatória. (COUTO, 2008, p. 118).

Um aspecto importante e que precisa ser compreendido é que à educação é um direito de todas as crianças. A educação que ocorre a partir de diversas vivências cotidianas e também no espaço escolar, local em que o educador necessita elaborar e planejar suas atividades a partir de uma intencionalidade.

Nessa perspectiva, é importante a formação dos educadores para que possam trabalhar e se apropriar das temáticas propostas na Educação Infantil, explorando as mais diversas atividades que valorizem as experiências despertadas na infância.

A organização pedagógica na Educação Infantil é de extrema importância para a formação da aprendizagem e do desenvolvimento da criança. As experiências proporcionadas por atividades intencionadas pelo educador, em

parceria com a família em outros espaços educativos, favorecem diversas possibilidades na aprendizagem das crianças e, conseqüentemente, geram avanços em seu desenvolvimento, o que vai ao encontro do crescimento humano dessas pessoas.

A partir dessa perspectiva, é possível entender que a construção de experiências durante a educação infantil é, quase sempre, incorporada pelos indivíduos visando à construção de suas singularidades, que, conseqüentemente, influenciam na dimensão social.

2.2 Base Nacional Comum Curricular

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, é reconhecida como uma fase essencial para o desenvolvimento social, físico, motor e intelectual das crianças. Partindo dessa importância, diversos documentos relacionados à Educação Infantil são apresentados, discutidos, questionados e aprovados pelo governo federal como política pública.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento importante aprovado em dezembro de 2017, carregando em si diversos aspectos a serem explorados. De forma direta, a BNCC aponta para os professores orientações a cerca de conhecimentos básicos que necessitam de abordagem nas instituições escolares, apresentando aspectos do cotidiano escolar de forma prática, funcionalidade que, muitas vezes, não é encontrada de maneira completa em outros documentos. Sendo assim, a base direciona os diversos conteúdos a ser ensinados, buscando nortear a prática dos professores difundidos por todo o território nacional, abordando um currículo comum.

Desta forma, cabe destaque ao conceito disposto nesse documento, enunciando que:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma

sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. (BRASIL, 2017, p. 7).

A Base Nacional Comum Curricular determina os conhecimentos essenciais que todos os estudantes da educação básica precisam aprender. Todos os currículos das redes públicas e privadas devem conter os conteúdos expostos na BNCC, podendo incluir em seus currículos as particularidades de cada instituição, como por exemplo, a cultura regional e suas características.

Sendo assim, o documento estabelece conteúdos mínimos e não deve ser confundido com o currículo, que é o caminho a ser tomado, estabelecendo como os conteúdos serão ensinados.

A BNCC é composta por diversas informações referentes à educação básica. Na etapa da Educação Infantil, o documento é composto por três principais questões: os campos de experiência, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para Educação Infantil e a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.

Durante o processo de elaboração da BNCC, ocorreram variadas discussões públicas e políticas, inclusive a troca de governo através do impeachment de Dilma Rousseff em 2016. O documento passou por três principais momentos, na primeira versão, passou três meses em consulta pública *on-line*, buscando contribuições. A segunda versão foi colocada em debate em 27 seminários por todo o Brasil, compostos principalmente por professores, especialistas em educação, gestores e estudantes. Por fim, a terceira versão foi discutida a partir da intervenção do Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio de audiências públicas, uma em cada região do Brasil, antes de o documento ser aprovado e reenviado ao MEC que deu forma à sua versão final.

Diversas expectativas foram criadas no decorrer da discussão da Base Nacional Comum Curricular, em que se prometiam longas discussões e sugestões para a construção de uma BNCC democrática, porém, apesar de terem ocorrido momentos de escuta, o processo final para a aprovação foi acelerado, não permitindo um maior diálogo a respeito de muitos pontos alterados ao longo do processo, inclusive na Educação Infantil, especificadamente nos campos de experiência, em que questões importantes foram reduzidas ou eliminadas pelo Ministério da Educação (MEC).

Diferentes pessoas envolvidas na área educacional aguardavam a discussão de uma Base Nacional Comum Curricular, porque em textos dispostos na Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996) e no Plano Nacional de Educação (PNE/2014) já existiam propostas relacionadas à elaboração de uma Base Comum Curricular para todo o território brasileiro.

Segundo o Ministério da Educação (MEC), a BNCC deve ser incluída nos diversos sistemas de ensino no decorrer dos anos de 2018 e 2019, passando a ser exigida em 2020 em todo o Brasil. Portanto, todos os sistemas de ensino deverão respeitar as proposições expostas no documento até o prazo determinado, compreendendo que apesar da confusa e pouco democrática fase final, a BNCC foi construída a partir de diversas discussões e por diferentes pessoas ao longo de três anos.

Numerosas observações são colocadas pelos atores educacionais em relação à homogeneização do currículo para todo o território brasileiro, o que levanta questionamentos, como, por exemplo, a necessidade de perceber as diferenças entre cada sistema de ensino e, mais especificadamente, cada escola brasileira.

Existem outros documentos que também normatizam o desenvolvimento educacional, porém é importante perceber que o Brasil possui um território vasto e necessita de uma orientação também na área educacional para que se busque diariamente o desenvolvimento de melhores políticas públicas para o aperfeiçoamento do sistema educativo. Sendo assim, a BNCC não deve ser vista como um documento que carrega propostas de salvação no âmbito educacional, mas um direcionamento curricular para as instituições educativas públicas e privadas.

Sobre essa questão, a Base Nacional Comum Curricular indica que:

No Brasil, um país caracterizado pela autonomia dos entes federados, acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais, os sistemas e redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais. (BRASIL, 2017, p. 15).

A partir do exposto no documento, percebe-se que o objetivo de uma BNCC é organizar mudanças nos currículos dos mais diversos estados, municípios e do Distrito Federal. Essas situações, portanto, precisam ser discutidas pelos administradores das localidades, estudantes, professores, família dos estudantes,

pela sociedade como um todo. Evidencia-se a importância de além de obedecer ao conjunto de aspectos comuns, desenvolver adequações do currículo à cada realidade específica, respeitando as singularidades dos indivíduos envolvidos no processo e as instituições em que estão inseridos.

Nessa perspectiva, é indispensável unir aspectos particulares de cada escola, percebendo os insumos, os profissionais, a cultura, as pessoas, enfim, todo o meio social e cultural em que a instituição está inserida.

A compreensão das realidades particulares, que devem ocorrer no atendimento à BNCC, também deve ser considerada dentro de cada escola brasileira, momento em que os professores observam e tratam seus estudantes a partir da singularidade de cada criança, desencadeando um processo de percepção do estudante e de sua subjetividade, incentivando-o a ser protagonista do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.

O conjunto das experiências vivenciadas na Educação Infantil pretende auxiliar o estudante a realizar uma crítica consciente da realidade, contribuindo no desenvolvimento de suas potencialidades e autonomia, possibilitando realizar transformações sociais em níveis macro e micro, considerando a importância das duas esferas no processo de aprendizagem e desenvolvimento, a esfera macro relacionada às normatizações como a BNCC que vão estar articuladas à esfera micro das relações estabelecidas na sala de aula.

Portanto, torna-se evidente a importância de levar em consideração dois principais aspectos nos sistemas de ensino, a subjetividade individual e, também, a subjetividade social, ambas influenciadoras do processo educacional.

Por conseguinte,

(...) na aprendizagem escolar se expressa não apenas a subjetividade individual (configurações subjetivas, sentidos subjetivos e condições do sujeito), mas também a subjetividade social. A aprendizagem escolar não é apenas um processo individual, porém um processo social e mais especificadamente, relacional. (Mitjans Martínez, 2006, p. 375).

Na sessão introdutória da BNCC, algumas questões importantes para o desenvolvimento de um conhecimento significativo na educação infantil são colocadas no decorrer dos parágrafos, levantando reflexões a respeito das diversas áreas envolvidas na educação, como, por exemplo, a família dos estudantes, as

interações e as brincadeiras que influenciam no processo educativo de todas as crianças.

A família possui um papel fundamental no processo de formação das crianças, pois, percebe-se, no cotidiano da escola, a importância de ocorrer uma parceria entre a instituição escolar e a família.

A escola e a família possuem papéis diferentes, assumindo distintas responsabilidades, porém apresentam grandes afinidades e precisam conversar para que ocorra o fortalecimento do ensino voltado para as crianças inseridas na coletividade do ambiente escolar. A colaboração pode ocorrer, por exemplo, a partir da discussão das singularidades das crianças, da proposta curricular, da intervenção em pequenas questões percebidas na escola, envolvendo, assim, todos os atores educacionais no processo pedagógico.

O aspecto familiar é realçado no texto da BNCC:

Nessa direção, e para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família são essenciais. Além disso, a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade. (BRASIL, 2017, p. 34).

O documento enfatiza a importância de ocorrer um diálogo entre a escola, a família e a sociedade, sugerindo uma participação ativa dos diversos indivíduos sociais. Conseqüentemente, experiências construídas a partir dessa parceria auxiliam em sala de aula. O professor deve buscar aproximar as temáticas trabalhadas, no decorrer do processo educacional, às experiências de seus alunos, tendo em mente a importância de conhecer o estudante, sua família, o meio social em que está introduzido, mediando e buscando potencializar suas experiências.

Sendo assim, aumentam as chances de uma educação que visa mudanças sociais no meio em que o estudante está inserido e não em realidades desconhecidas pelas crianças.

Evidenciam-se, no decorrer da BNCC, aspectos relevantes e que devem ser considerados:

Considerando que, na Educação Infantil, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, assegurando-lhe os direitos de conviver, brincar, participar, explorar e conhece-se. (BRASIL, 2017, p. 38).

É importante respeitar os direitos das crianças, sabendo que o indivíduo carrega em si inúmeras experiências sociais, que são estimuladas em diferentes contextos. É perceptível que a construção de conhecimento a partir dessas experiências aconteça também por meio de processos interacionais, entendendo que o desenvolvimento infantil não ocorre apenas de forma individual, mas a partir do contato da criança com o professor, com os colegas, com o porteiro da escola e com todos os atores educacionais.

Sendo assim,

A aprendizagem escolar pressupõe a ação interacional, ativa, consciente, e emocional do sujeito que aprende e, a partir da forma como se expressarem estas características, dependerá em grande medida, o processo de aprender. (Mitjans Martínez, 2006, p. 375).

Um dos momentos em que se torna perceptível a ação interacional em sala de aula ocorre durante as brincadeiras que acontecem diariamente no cotidiano escolar e que, muitas vezes, acabam sendo desprezadas ou consideradas como um momento à parte do planejamento das atividades e do currículo. É importante, porém, que os professores possibilitem momentos em que ocorram experiências relacionadas às brincadeiras, proporcionando o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes da Educação Infantil.

A brincadeira é um importante recurso na aprendizagem da Educação Infantil, porque impulsiona o desenvolvimento das crianças. Sendo assim, é um meio que possibilita muitas significações, permitindo a expressão das crianças para diversas questões, auxiliando na comunicação da aprendizagem, no desenvolvimento psicomotor, etc.

A proposta da Base Nacional Comum Curricular, documento que descreve diversos aspectos e experiências para a construção de um novo currículo das variadas instituições públicas e privadas de Educação Infantil, apresenta questões relevantes em relação ao que vai ser abordado nas salas de aula e vai exigir mudanças sobre a dinâmica das salas de aula. A partir da aprovação realizada no ano de 2017 e da implementação de novas competências realizadas até o ano de 2020, análises críticas e reflexivas podem ser colocadas e debatidas, buscando uma educação que promova o desenvolvimento e aprendizagem das crianças brasileiras. É nessa orientação que se insere esse trabalho.

2.3 Campos de Experiência

A infância é um período importante no desenvolvimento da criança, momento em que são organizados processos, experimentadas ações e vivenciadas experiências das quais se desenvolvem, por exemplo, valores sociais e familiares.

A escola é um valoroso espaço para o desenvolvimento das potencialidades, local em que as crianças são estimuladas desde cedo no processo de ensino e aprendizagem.

Conceber a Educação Infantil como etapa importante na formação dos diversos estudantes brasileiros conduz a Base Nacional Comum Curricular a propor seis direitos que devem ser garantidos na Educação Infantil em todas as instituições educacionais. Esses direitos são percebidos em diversas experiências do cotidiano da criança e devem também ser assegurados no ambiente escolar, são eles, *conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se*.

As elaborações desses direitos visam a nortear a ação do professor em sala de aula, para que, a partir de um planejamento, sejam pensados e refletidos momentos para que esses direitos possam ser colocados em prática durante o período em que a criança se encontra na escola.

É importante compreender que os direitos das crianças também estão indicados em outros documentos que realizam articulação com a Base Nacional Comum Curricular, como é o caso das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI/2010), documento que orienta a prática de professores em sala de aula. As DCNEI estão acima da BNCC, ou seja, muitos aspectos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil foram incorporados a BNCC, por exemplo, as interações e brincadeiras, experiências importantes para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

Percebendo a importância das experiências vivenciadas na escola, a BNCC enfatiza os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação:

Tendo em vista os eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural. (BRASIL, 2017, p. 35).

A partir dos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil, são indicados no texto da Base Nacional Comum Curricular os denominados campos de experiência, buscando garantir os conhecimentos distribuídos nas diferentes áreas do ensino. Apresenta-se no documento esse novo conceito,

Considerando que, na Educação Infantil, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, assegurando-lhes os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, a organização curricular da Educação Infantil na BNCC está estruturada em cinco campos de experiências, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. (BRASIL, 2017, p. 38).

Em outras etapas da Educação Básica os conteúdos curriculares, por exemplo, conteúdos aprendidos na disciplina de português e matemática ganham ênfase e são organizados a partir de um planejamento que orientam o professor em sala de aula. Na Educação Infantil não são encontradas alusões a conteúdos, a prática do professor é orientada a partir de campos de experiência, destacando as situações e experiências do cotidiano das crianças.

Apropriando-se dos cinco campos de experiência, os atores educacionais possuem um vasto material para que sejam discutidas e pensadas formas para que as situações e experiências vivenciadas pelas crianças possam ser englobadas nas realidades subjetivas de cada escola brasileira.

Os campos de experiência são denominados **“o eu, o outro e o nós”**, **“corpo, gestos e movimentos”**, **“traços, sons, cores e formas”**, **“escuta, fala, pensamento e imaginação”** e **“espaços, tempos, quantidades relações e transformações”**. É importante que cada instituição escolar identifique formas ativas de colocar em prática cada um desses campos, que são expostos de forma detalhada no decorrer da BNCC.

Os campos de experiência indicam os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento na área da Educação Infantil, concedendo a oportunidade dos diversos atores educacionais compreenderem e refletirem as diferentes maneiras como as crianças vivenciam o mundo. Por consequência, múltiplas linguagens significativas na infância podem ser percebidas ao longo da BNCC, especificadamente nos campos de experiência, situando principalmente os

professores na aplicação de diferentes e valorosas atividades no processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Enfatiza-se, na construção colaborativa da BNCC, a importância de se considerar a prática dos campos de experiência a partir da percepção de cada realidade escolar. É imprescindível que cada Município, Estado e o Distrito Federal percebam suas singularidades e, principalmente, que cada escola e professor identifiquem suas subjetividades para que os direitos dos estudantes sejam garantidos.

Perceber cada realidade é significativo, porque reflete diretamente no processo educacional e, conseqüentemente, no sucesso do estudante, observar e conhecer a realidade das instituições escolares auxilia no desenvolvimento de uma educação expressiva.

Como um conjunto de vivências, a proposição dos campos de experiência envolve as pessoas implicadas no processo educacional, compreende-se, assim, que o processo educacional seja rodeado de configurações importantes, que também permeiam os campos de experiências e precisam ser considerados nas instituições escolares. Assim, se apresenta o conceito de subjetividade social da escola que,

(...) representa um sistema de configurações únicas em que se expressam os processos mais significativos da organização, os sistemas de relações e o trabalho de cada escola. A subjetividade social da escola organiza-se no devir de suas atividades cotidianas, nas formas de relação entre os professores, no funcionamento da organização escolar, no comportamento da comunidade em que a escola está inserida, nos diferentes grupos de alunos e suas formas de integração, em seu caráter de pública ou privada, nas relações professores- alunos, na relação escola- família dos alunos etc. (Mitjans Martínez e González Rey, 2017, p. 89).

A subjetividade, considerada no processo de aprender, favorece a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, orientando, por exemplo, a percepção do estudante como uma pessoa ativa no processo, em que realidades que compõem sua singularidade são levadas em consideração.

Os campos de experiência como estratégias do trabalho pedagógico, podem contribuir e enriquecer os diversos currículos brasileiros, norteados diversas práticas. Não devem, porém, fazer parte de um processo de engessamento, em que as singularidades do processo, das localidades, das escolas e dos estudantes não são levadas em consideração.

Considerando que todos os estudantes são indivíduos que carregam para o ambiente escolar questões sociais, familiares, entre outras, cabe aos atores educacionais, em destaque ao professor, pensar, de forma crítica e reflexiva, melhores formas de organizar campos de experiência em diferentes momentos do cotidiano escolar.

Sendo assim, o documento sugere a consideração do estudante como indivíduo ativo no processo ao exigir do professor que perceba as melhores formas de inserir os campos de experiência no currículo. De uma forma que favoreça a melhoria da qualidade educacional, respeitando os processos de aprendizagem e o tempo de cada estudante, visando a uma formação significativa, em que as crianças possam compreender, participar e experimentar os diversos conhecimentos.

Importante compreender que,

(...) a categoria sujeito refere-se ao indivíduo no seu caráter ativo, consciente e intencional, capaz de delimitar um espaço próprio no contexto em que está inserido.. (Mitjans Martínez e González Rey, 2017, p. 69).

Nesse trabalho proponho a discussão a respeito de um dos campos de experiência que tem gerado maior preocupação por parte dos atores educacionais, pesquisadores e autoridades e se constitui como relevante para a compreensão dos processos propostos para a aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes na Educação Infantil em sua relação com a próxima etapa da Educação Básica nos primeiros anos do Ensino Fundamental.

O campo de experiência em questão foi denominado de “Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação”. Na apresentação da 3ª versão o nome do campo de experiência foi alterado para “Oralidade e Letramento”. A questão tornou-se polêmica levantou questionamentos, e foi seguida de forte disputa política, pois o que estava em jogo não era a mera troca de títulos, mas a tendência à antecipação do processo de alfabetização formal que a transformação de títulos propunha.

Apesar de o documento final aprovado ter retomado o título original do campo de experiência, o texto da BNCC incorporou aspectos que podem ser interpretados como favorecedores da antecipação do processo de alfabetização. Deixando de considerar que estimular os processos de alfabetização dos estudantes na Educação Infantil de maneira proposital, a partir de estratégias utilizadas em sala de aula, é precoce e desnecessário, porque na Educação Infantil a prioridade deve ser

a vivência de situações que estimulem principalmente os direitos expostos na BNCC, como, por exemplo, a convivência e a brincadeira.

Sobre essa questão, destaco a seguinte proposta em relação ao campo de experiência:

Desde cedo, a criança manifesta curiosidade com relação à cultura escrita: ao ouvir e acompanhar a leitura de textos, ao observar os muitos textos que circulam no contexto familiar, comunitário e escolar, ela vai construindo sua concepção de língua escrita, reconhecendo diferentes usos sociais da escrita, dos gêneros, suportes e portadores. Na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Além disso, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua. (BRASIL, 2017, p. 42).

A parte final do parágrafo, pode orientar interpretações sobre uma ênfase maior nos processos da relação entre a oralidade e a escrita da criança desde a Educação Infantil. A formalização precoce pode, muitas vezes, ser colocada como um componente positivo, porque um dos benefícios seria elevar numericamente os índices educativos brasileiros, já que os estudantes seriam estimulados, desde muito cedo, a aprender a ler e escrever. Porém, sabe-se que, durante a infância, o foco escolar deve ser em questões relacionadas a imaginar, descobrir, fantasiar, proporcionando às crianças a oportunidade de brincar, socializar, sem que ocorra a pressão de aprender conteúdos.

Sendo assim, do ponto de vista pedagógico, não seria relevante uma alfabetização precoce na Educação Infantil, mesmo que não seja como exigência, mas como forma de sugestão, tendo em vista que não existe a necessidade de acelerar o processo de alfabetização e que é fundamental perceber o indivíduo, seu corpo, suas habilidades e buscar desenvolvê-las nos tempos de cada um, buscando meios que possibilitam as experiências com os objetos de conhecimento.

Utilizar a leitura e a escrita como forma de alfabetizar as crianças desde cedo seria desnecessário na Educação Infantil, porque existem outras formas lúdicas de relacionar essa temática ao cotidiano escolar das crianças, como por meio de

brincadeiras, jogos, contos, teatros etc., tirando o foco de uma preparação dos estudantes para o Ensino Fundamental e sem prejudicar o aprendizado das crianças brasileiras.

Sugerir um processo de alfabetização na Educação Infantil enfatiza a crítica a orientações de base cognitivista como afirmam Mitjás Martínez e González Rey,

A educação escolar tem uma orientação essencialmente cognitivista e intelectualista que não considera o aluno como sujeito de aprendizagem, nem o grupo em seus processos sociais. Domina um ensino centrado na memorização e na reprodução que não estimula os recursos intelectuais dos alunos (...). (2017, p. 93).

Compreende-se que a educação passa a ter como principais recursos, principalmente, a utilização da memorização de conteúdos e a reprodução do que o professor apresenta em sala de aula, tornando o ensino dos estudantes superficial, deixando de desenvolver aspectos importantes na infância e proporcionando experiências que dificultam a formação de uma pessoa crítica e reflexiva na Educação Infantil.

Diante dessa situação, cabe principalmente aos professores, por meio de planejamentos conjuntos com as diversas esferas envolvidas na implementação da BNCC e, conseqüentemente, seus campos de experiência, traçar um currículo que ofereça atividades que favoreçam aprendizagens e desenvolvimento, mas preservem a infância dos estudantes, proporcionando direitos que o próprio documento explicita, como conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, bem como momentos que auxiliam no desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos inseridos nas diversas instituições escolares brasileiras.

2.4 Currículo na Educação Infantil

De maneira descomplicada, currículo pode ser definido como o caminho que as instituições educacionais e toda a rede educativa precisam atravessar constantemente para produzir e organizar as diversas áreas envolvidas na Educação Infantil, como, por exemplo, os espaços físicos, que necessitam ser locais adequados para uma educação qualificada, professores qualificados com uma boa formação, além dos diversos fatores que influenciam a Educação Infantil, buscando

sempre uma melhor orientação para as situações cotidianas e as múltiplas práticas pedagógicas envolvidas no processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Silva (2001, p. 55), o currículo pode ser visto como “[...] um local, onde ativamente, se produzem e se criam significados sociais”. Assim a construção de uma base curricular carrega sua importância, porque auxilia diferentes localidades a adaptarem suas realidades ao currículo, tendo em vista a significação das experiências vivenciadas no decorrer da Educação Infantil.

Sendo assim, cabe aos atores educacionais explorarem, discutirem e refletirem a respeito de práticas que estejam de acordo com a BNCC e com as suas realidades singulares. Um primeiro passo seria perceber como, em suas instituições, o currículo pode ser organizado através de ações que coloquem o estudante como uma pessoa ativa e participante no processo educacional, o que possivelmente produzirá benefícios para sua formação social.

Infere-se, a partir das definições expostas a respeito da temática curricular, que, para uma melhor construção do currículo, é necessário que os atores educacionais percebam e considerem, primeiramente, as crianças que pretendem atingir com ações práticas tomando a BNCC como norte.

É necessário considerar a infância como uma etapa em que os indivíduos participam ativamente do processo de aprendizagem, a partir de suas experiências sociais e individuais, principalmente por meios como a brincadeira e a convivência com os colegas e os professores, o que reforça as concepções expostas na BNCC, como os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e os campos de experiência na Educação Infantil.

No momento em que se entende o estudante como uma pessoa ativa no processo educacional, uma pessoa questionadora, que vivencia as diversas experiências apresentadas, a probabilidade de a criança constituir-se como um indivíduo crítico e reflexivo aumenta de maneira considerável.

A partir do momento em que os atores educacionais vislumbram um sujeito ativo, ou seja, aquele que está inserido inteiramente em seu processo de aprender, o currículo ganha sentido e as significações geradas pelo estudante também, fatores que impactam na aprendizagem e no desenvolvimento da criança.

A ausência de uma posição ativa, intencional, reflexiva e imaginativa no processo de aprender dificulta a geração de sentidos subjetivos favoráveis para esse processo e, dessa forma, da motivação pela aprendizagem. (Mitjans Martínez e González Rey, 2017, p. 70).

Percebe-se, então, o currículo como uma das formas de se organizar as práticas educativas, o que não se reduz a um rol de atividades a serem cumpridas dentro de sala de aula, mas ao espaço, à rotina, aos materiais, às relações sociais etc.

A Base Nacional Comum Curricular necessita ser compreendida como um documento que orienta as situações e experiências em sala de aula, levando em consideração as singularidades de locais, redes, instituições e, mais especificadamente, cada pessoa envolvida no processo educacional, ou seja, cada sistema de ensino deve refletir a melhor maneira de colocar a BNCC em prática.

A partir de discussões em que diversas ideologias podem ser percebidas em relação à temática do currículo na Educação Infantil, diversos questionamentos surgem, como, por exemplo,

[..] Qual nossa aposta, qual é o nosso lado, nesse jogo? O que vamos produzir no currículo entendido como prática cultural? Os significados e sentidos, as representações que os grupos dominantes fazem de si e dos outros, as identidades hegemônicas? Vamos fazer do currículo um campo fechado, impermeável à produção de significados e de identidades alternativas? Será nosso papel o de conter a produtividade das práticas de significação que formam o currículo? Ou vamos fazer do currículo um campo aberto que ele é, um campo de disseminação de sentido, um campo de polissemia, de produção de identidades voltados para o questionamento e a crítica? Evidentemente, a resposta é uma decisão moral, ética, política de cada um/uma de nós. Temos de saber, entretanto, que o resultado do jogo depende da decisão de tomarmos partido. O currículo é, sempre e desde já, um empreendimento ético, um empreendimento político. Não há como evitá-lo. (SILVA, 2001, p. 29).

Sendo assim, um currículo organizado por campos de experiência, ao invés de conteúdos, torna-se a melhor alternativa, porque, a partir do momento em que o os atores educacionais buscam um currículo baseado nas situações e experiências do estudante, as singularidades dos indivíduos podem ser respeitadas e desenvolvidas no decorrer da Educação Infantil.

Discutir e refletir a respeito da construção do currículo escolar é uma etapa importante para consolidação dos objetivos expostos na BNCC e, também, de cada instituição, porque os insumos presentes na escola são importantes.

Porém, a discussão do que os estudantes necessitam aprender e de que forma isso ocorrerá auxilia na construção de um currículo democrático e pensado a partir de experiências compartilhadas que enfatizam a importância da participação das pessoas de diferentes esferas, como, por exemplo, a secretária, o coordenador,

o diretor, os professores e os diversos atores educacionais que contribuem no planejamento que desencadeia na aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

Considerar a relevância da construção e melhoria do currículo na Educação Infantil mostra que, cada vez mais, a educação tem sido colocada como prioridade em documentos que, aos poucos, são discutidos e implementados.

É importante perceber que antes da discussão da BNCC, que norteará os currículos das instituições brasileiras, outros documentos também auxiliaram na construção de parâmetros para educação e continuam a produzir efeitos na área em questão.

A Constituição Federal de 1988, que assegura a educação como um direito, é um marco importante no sistema educacional, além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), que hospeda diversas questões referentes ao campo educativo, reforçando o direito das pessoas. Diferentes documentos acolhem questões educacionais levantando a importância da implementação de ações que possam gerar significações e, também, ações em favor da educação brasileira.

No decorrer da discussão do currículo foram apresentadas maneiras para que o estudante possa ser percebido como uma criança ativa e que possui o direito à educação.

Entendendo a importância da BNCC procuro compreender como ocorre à implementação da Base Nacional Comum Curricular no currículo de uma instituição de Educação Infantil, realizando reflexões a respeito da articulação do documento com a prática abordada em sala de aula.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo são desenvolvidos os procedimentos de pesquisa desde o tipo de abordagem escolhida até os procedimentos de análise de dados.

Para isso, tem-se, como objetivo geral, identificar percepções de professores a respeito de eixos e campos de experiências propostos pela Base Nacional Comum Curricular. Além dos objetivos específicos: I) Verificar a maneira como os professores utilizam o currículo em sala de aula na Educação Infantil; II) Fazer um paralelo entre a percepção declarada pelo professor e o que ocorre em sala de aula; III) Compreender como o professor lida com o campo de experiência “Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação” em sala de aula e se isso é compreendido como conteúdo curricular.

A presente pesquisa é de cunho qualitativo. A escolha do método qualitativo como metodologia da pesquisa se dá por perceber que, em alguns casos, se precisa de aprofundamentos de natureza mais psicossocial, antropológica, clínica ou outras, como é o caso da compreensão das relações nos grupos de aprendizagem face a face, ou da dinâmica sociopedagógica de uma escola, como defende a autora Gatti (2012, p. 29).

A pesquisa foi realizada após diversas observações, ao longo de um ano, em instituição educativa do Distrito Federal.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, busquei analisar como ocorre a utilização do currículo escolar nas atividades práticas em turmas da Educação Infantil de uma escola conveniada a rede pública de ensino do Distrito Federal situada na região administrativa de Sobradinho II.

A estratégia de pesquisa baseou-se na técnica da observação como coleta de dados, ou seja, utilizando relatos de experiência, pautados nas observações realizadas na escola de Educação Infantil.

Para Gil (1999), a observação constitui elemento fundamental para a pesquisa. Desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa.

Compreender a importância da observação na pesquisa educacional é um passo importante para a realização de estudos também qualificados.

Segundo Gil (1999), a observação apresenta como principal vantagem, em relação a outras técnicas, a de que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação.

Os dados da pesquisa surgem a partir da minha participação no Projeto 04, entendido como estágio docente dentro do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília.

4 ANÁLISE DE DADOS

Com a intenção de responder aos objetivos específicos ligados à pesquisa, abordados no decorrer desse trabalho, esse capítulo apresenta, a partir da prática pedagógica, a descrição explicativa e interpretação de diferentes episódios ocorridos na instituição de ensino pesquisada, a fim de articular os dados à fundamentação teórica, contribuindo para o alcance do objetivo geral da pesquisa.

4.1 O Contexto e o cenário da pesquisa

Entendendo a importância da observação e da vivência na pesquisa e no contexto pedagógico, durante o ano de 2017, estive inserida em uma turma de 2º período da Educação Infantil.

Estive na escola nas terças-feiras e quintas-feiras, durante todo o período matutino, em uma turma com vinte e seis alunos, na faixa etária entre quatro e cinco anos. Passava todo o período da manhã junto às crianças, nos momentos das atividades pedagógicas e, também, em ocasiões como a hora do lanche e momento de higiene pessoal.

O espaço físico da escola observada é composto da seguinte forma: na entrada da escola, estão localizadas três salas, a secretaria, a sala da direção e a sala da coordenação. Nesta última são realizadas reuniões entre os professores, a coordenadora, a diretora e, em algumas ocasiões, as famílias dos estudantes. Mais à frente, temos um local com diversas mesas e cadeiras, espaço utilizado como refeitório e, também, para as atividades realizadas fora de sala de aula, como, por exemplo, desenhos em folha branca e pinturas, atividades realizadas sobre as mesas. Ao redor desse ambiente, estão distribuídas as salas de aula, quatro salas do lado direito e a mesma quantidade do lado esquerdo.

A sala de aula da turma observada possui apenas uma mesa com quatro cadeiras, em que, às vezes, a professora se senta para escrever na agenda dos alunos; as crianças se sentam sobre um tapete colorido localizado no centro da sala; ao redor do tapete, estão diversas áreas: espaço de leitura, onde se encontra uma caixa com diversos livros, área dos brinquedos, em que temos uma cozinha de brinquedo e outras brincadeiras, como, por exemplo, quebra-cabeça. Encontra-se,

no canto da sala, uma prateleira em que alguns materiais são guardados, como, por exemplo, as tintas, as agendas dos estudantes e o diário de bordo.

Na área externa da sala, está localizado o parquinho, com brinquedos, escorregador e balanço, um campo de futebol e uma horta.

As atividades da escola funcionam em período integral, iniciando as 07h30min e encerrando as 17h30min. A dinâmica do cotidiano ocorre da seguinte maneira: pela manhã, as crianças realizam atividades dentro da sala de aula, voltadas para um determinado tema e, à tarde, por meio de atividades lúdicas, sendo principalmente a realização de brincadeiras coletivas, continuam trabalhando o conteúdo ministrado pela manhã. Durante o tempo em que as crianças estão na escola, são oferecidos café da manhã, lanches, almoço e jantar, além do banho diário.

Os vinte e seis alunos da turma observada, em sua maioria, são provenientes de famílias com um nível socioeconômico baixo.

No decorrer das observações e da pesquisa, foram realizados, em diferentes ocasiões, diálogos abertos com os professores da instituição de ensino, favorecendo, assim, a construção de dados para uma análise da realidade escolar.

4.2 Dando sentido ao vivido

4.2.1 Brincando também se aprende

Durante as observações realizadas na escola, diferentes aspectos foram observados, podendo, assim, serem analisados, porém um fato que sempre se repetia em todas as manhãs de observação foi a questão da brincadeira como principal maneira para se trabalhar o currículo na Educação Infantil, ou seja, os professores utilizavam as brincadeiras tentando atingir os mais diversos objetivos educacionais, desde ensinar o dia da semana até as cores.

Em uma das manhãs, a professora propôs que os alunos se dividissem em aproximadamente quatro grupos, para que, assim, ela pudesse dividir e explicar melhor as atividades. Foram formados, então, quatro grupos com aproximadamente quatro alunos cada. A partir desse momento cada grupo se dividiu em uma das áreas da sala de aula, em que o espaço foi delimitado por móveis de brinquedo presentes na turma.

A professora, então, passou por cada grupo e pediu para que eles brincassem com os objetos disponibilizados, como, por exemplo, casinha de bonecas, Lego, carrinhos, bonecas e animais de brinquedo. A partir de brincadeiras livres, a professora procurava, direcionar uma atividade, geralmente relacionada também ao desenho.

A professora direcionava um tema geral, como, por exemplo, meio ambiente, e pedia para que os alunos brincassem pensando nessa temática e, em seguida, realizassem desenhos que expressassem o que eles haviam compreendido através das brincadeiras, trazendo, também, suas concepções a respeito do tema central.

As crianças brincavam apenas dentro do espaço delimitado, combinando regras com seus colegas de grupo em relação à utilização dos diversos brinquedos e muitas vezes combinavam uma brincadeira em que todos do grupo pudessem participar, por exemplo, disputar uma corrida de carrinho, sem deixar nenhum colega de fora. Durante as brincadeiras ocorriam alguns desentendimentos, porém as crianças resolviam entre si.

Sendo assim, as temáticas poderiam ser inseridas a partir da brincadeira e, no decorrer da semana, se continuava a discussão do tema central que era proposto durante toda a semana e não apenas em um dia de atividade.

É necessário que ocorram momentos de brincadeira atrelados ao currículo escolar, entendendo que a Base Nacional Comum Curricular expõe, de forma significativa, a importância da brincadeira não apenas como uma vivência escolar, mas como um direito de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes da Educação Infantil.

Sendo assim, é um direito da criança

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. (BRASIL, 2017, p. 38).

É importante enfatizar que não apenas o brincar é considerado como um direito do estudante de Educação Infantil, outras áreas também necessitam de atenção e precisam ser trabalhadas em sala de aula, são elas: convivência, participação, direito de participar, explorar e conhecer-se. Cabe, assim, ao professor,

em conjunto com os atores educacionais, planejar atividades com o intuito de atingir as áreas citadas anteriormente.

Na sala de aula em que participei das atividades a professora estava atenta a como as crianças brincavam e no dia seguinte a atividade procurava em uma roda de conversa levantar questões referentes ao dia anterior, por exemplo, caso notasse que a convivência entre os estudantes estava difícil no decorrer das brincadeiras, conversava com todas as crianças a respeito do tema, colocando perguntas em que as crianças pudessem participar e refletir sobre a importância da convivência em grupo, costumava ter efeito positivo, porque as crianças ficavam atentas à questão durante novos momentos de brincadeira.

As experiências que as crianças iam adquirindo, durante seu cotidiano escolar, ocorriam por meio de músicas, jogos e, como no caso apresentado, por brincadeiras que motivavam o processo de ensino e aprendizagem. Corroborando Mitjans Martínez (2006) que expõe a importância de processos sociais e, principalmente, relacionais no processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Ainda na perspectiva do que a professora costumava propor para a turma no decorrer das suas aulas e que também está relacionado à brincadeira, é possível citar um caso específico para elucidar a importância das significações e experiências na Educação Infantil.

Um dos estudantes da turma, ao entrar na escola, não falava com quase ninguém, e somente respondia aos questionamentos da professora. Nas atividades observadas, ele parecia sempre tímido, evitando o contato com as pessoas presentes em sala de aula. Pedíamos para a criança participar das brincadeiras com os colegas, porém sempre preferia ficar sozinho realizando seus desenhos. Ao perceber que a criança gostava de desenhar me aproximei realizando desenhos e pedindo sua ajuda, o estudante foi receptivo e desenvolvemos uma parceria e longas conversas. Partindo dessa aproximação, aos poucos o convidava para participar de brincadeiras em grupo, a criança começou a participar das brincadeiras, respeitando sua vontade e tempo.

Os avanços podiam ser notados diariamente, o que nitidamente teve influência direta das brincadeiras propostas, a vivência do coletivo favoreceu a aprendizagem. Na última observação realizada, o estudante estava interagindo com um maior número de colegas e se interessando, cada vez mais, pelas brincadeiras,

muitas vezes até reivindicando por mais momentos com a utilização de brincadeiras como proposta pedagógica.

Percebe-se, então, que

A aprendizagem escolar não é um processo essencialmente individual no sentido intrapsíquico, como muitas vezes é representado no senso comum e também no contexto escolar. A aprendizagem é um processo tanto individual quanto social, em que o relacional tem um importante papel. (Mitjáns Martínez e González Rey, 2017, p. 66).

Desta forma, dentre outras questões que produziram efeitos positivos no desenvolvimento do estudante, o fato de estar ativo durante as brincadeiras auxiliou em novos sentidos dados por ele ao relacionamento com os colegas, professor e, principalmente, em seu maior envolvimento com as atividades realizadas em sala de aula, auxiliando, assim, no desenvolvimento do estudante.

A observação dos episódios relatados é significativa, porque mostra a discussão de como o currículo referenciado pela Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil pode favorecer a compreensão da relação entre a macroinstância política do documento com o microcontexto da sala de aula em que processos relacionados ao direito de aprendizagem dos estudantes são compreendidos como processos subjetivos.

Percebe-se, ainda, que os professores da instituição incorporam questões que a BNCC sistematiza, vinculando aos seus currículos novos sentidos e experiências.

É importante enfatizar a necessidade de que diversas propostas descritas no documento sejam consideradas na elaboração do currículo, o que desencadeia nos planejamentos diários, compreendendo que não basta apenas que seja levada a brincadeira como um recurso pedagógico, mas que se pense outras atividades que carreguem propostas que busquem abranger as experiências dos estudantes.

4.2.2 Um olhar diferente para aprendizagem

Entender como ocorrem as práticas pedagógicas na sala de aula é de extrema importância para que se compreendam as experiências propostas e expostas em documentos como a Base Nacional Comum Curricular.

No decorrer das observações, em diversos momentos, pude conversar com os professores da instituição na tentativa de, compreender qual seriam as suas

percepções a respeito do currículo na Educação Infantil, tentando entender como ocorriam as dinâmicas e as propostas pedagógicas vivenciadas no decorrer das aulas.

Percebe-se que os professores ainda estavam confusos em relação às propostas apresentadas pela Base Nacional Comum Curricular e desejosos por maiores informações, por meio, por exemplo, de discussões e palestras, para, assim, tentar compreender as mudanças e as alterações na Educação Infantil.

Na turma observada, a professora declarava em nossas conversas ser a favor de práticas que favoreçam a autonomia dos estudantes e sua formação crítica e reflexiva, processo que, segundo ela, ocorreria através de atividades que estivessem de acordo com a idade das crianças, como, por exemplo, desenhos, brincadeiras e conversas em rodas.

Em relação às situações vivenciadas, tratarei, especificadamente, de um caso de um dos estudantes da Educação infantil da instituição observada. Aspectos subjetivos de inclusão e o desenvolvimento desta criança, a partir das ideias e propostas da professora, serão tratados com maior atenção. Farei alusão ao indivíduo observado como Flor, preservando, assim, sua identidade.

No começo da observação, Flor atraiu minha atenção por ser uma aluna nova na turma e por se aproximar querendo conversar, sempre procurava ter minha atenção, o que também desejava com a professora e a monitora, porém logo fui alertada que Flor não poderia ser considerada como “normal”, porque não estava disposta a realizar as atividades, demonstrando, segundo a professora, em diversos momentos um desinteresse e um comportamento considerado como bagunceiro taxado pela professora como fora do comum. Sendo assim, na realidade observada os professores em sua maioria costumavam classificar as crianças partindo apenas de fatos isolados, propondo de imediato tratamento, fazendo diagnósticos por meio de conversas informais.

Percebe-se, então, que, muitas vezes, para a escola,

(...) as dificuldades escolares são uma realidade em si, separadas do mundo social e individual de crianças e jovens em outras esferas de sua vida, e como tal os problemas escolares são tratados, na sua grande maioria, como problemas de aprendizagem, para que os quais existem diversos rótulos psicopatológicos na sociedade atual. (Mitjans Martínez e González Rey, 2017 p. 91).

Diante dessa situação conflituosa, dialoguei com a professora, expressando minha opinião a respeito de Flor, momento em que apresentei uma perspectiva diferente do que estava sendo visto. Sugeri que houvesse uma observação apurada a respeito da estudante, procurando entender e compreender aspectos de sua subjetividade a partir das atividades propostas em sala de aula, para que as barreiras que estavam impedindo o seu desenvolvimento pudessem ficar mais claras e a professora, com meu auxílio, mediasse a integração, a socialização e a aprendizagem da estudante.

Num primeiro momento, e pelas declarações de sua fala, percebo que, muitas vezes, os professores declaravam visões e práticas autônomas, que colocam o estudante como um indivíduo ativo no processo, buscando desenvolver suas potencialidades. Porém, quando se deparam com um caso que necessita de uma maior atenção, acabam colocando em prática conceitos que rotulam o estudante com transtornos e/ou com dificuldades de aprendizagem.

A partir de uma desconstrução, a professora aceitou buscar compreender a criança Flor baseada em novas concepções, como, por exemplo, as propostas dos campos de experiência citadas na BNCC, que propõem atividades que resguardam as situações e as vivências do estudante no cotidiano escolar.

Foram pensadas diversas formas para gerar um ambiente relacional, levando Flor a um envolvimento com a aprendizagem, procuramos explorar atividades que abrangessem aspectos dos campos de experiência da BNCC, como, por exemplo, levar Flor para as oficinas de brincadeiras, em que diversos brinquedos são espalhados por espaços delimitados da sala e a criança pode escolher em que espaço quer ficar e os brinquedos que deseja utilizar, levando o indivíduo a interagir com os colegas, buscando explorar sua imaginação a partir das experiências geradas no brincar.

Diante disso, quando Flor não queria realizar alguma atividade proposta, me aproximava e buscava conversar, procurando estabelecer, sempre, o diálogo. Depois da conversa, levava-a para realizar alguma das atividades propostas, como, por exemplo, em uma das manhãs, após dialogar com Flor, foi realizado um desenho, após o desenho, a estudante explicou o que estava acontecendo, foi surpreendente a exposição de problemas relacionados a aspectos familiares e sociais que atingiam a criança.

A cada observação ficava perceptível, também para a professora, que não era uma questão patológica ou cognitiva, mas estava relacionada às significações e aos sentidos que a criança concebia a respeito das suas vivências nos variados ambientes.

Após as propostas de atividades, Flor parecia se sentir mais segura e confiante estando inserida em meio às dinâmicas em grupo, apresentando o que foi considerado pela professora como um grande avanço. Dificuldades de comunicação e aproximação foram encontradas na tentativa de compreender o mundo subjetivo da criança, respeitando sempre seu tempo e espaço.

Diferentes recursos poderiam ter sido utilizados, porém, sem a parceria da professora, não seria possível colocar em prática.

Percebo que, no início do processo de convivência da pesquisa, a professora se prendia muito a concepções contrárias a sua fala, realizando práticas que não levavam ao desenvolvimento das potencialidades da criança, porém, a partir de um diálogo, levando as propostas que tinham por base o exposto no documento da BNCC se produziu uma parceria que desencadeou em processos que permitiram o desenvolvimento e aprendizagem da criança Flor.

É possível entender que, sem afeto e uma integração bem socializada no espaço escolar, a aprendizagem se dificulta muito, em especial para crianças que já apresentam dificuldades em relação a seus colegas. (Mitjans Martínez e González Rey, 2017, p. 98).

Devido aos fatos vivenciados e mencionados, é possível entender que a construção de experiências no decorrer da Educação Infantil é, em sua maioria, incorporada pelos indivíduos para a construção de suas singularidades, influenciando em todo o processo educativo.

4.2.3 Experienciando

Diante dos diversos contextos e pessoas que o educador encontra em sala de aula, é necessário que ele escolha ações, ou seja, planeje e defina objetivos em suas práticas diárias, o que não significa que o processo não esteja passível de erros. Em um contexto de Educação Infantil, o professor precisa saber lidar com planejamentos que podem ou não ter sucesso ao serem vivenciados. Por isso é necessário que haja sempre a reflexão sobre a prática.

Durante o período do exercício de pesquisa na instituição de ensino, outro episódio mereceu atenção e auxiliou na compreensão de um dos objetivos específicos desse trabalho.

Em uma das manhãs de aula, todas as turmas estavam reunidas no pátio da escola, momento em que ocorrem brincadeiras, como por exemplo, pega-pega, pique esconde e amarelinha. Toda a turma estava participando e, pelas expressões faciais e corporais, estavam se divertindo.

Ao voltar para a sala de aula, todos se sentam em rodinha e a professora propõe que conversem a respeito das boas maneiras. O tema foi levantado porque, segundo a professora, a turma estava se comportando de maneira mal-educada, considerando que os colegas não estavam respeitando uns aos outros, falando palavrões e se dirigindo aos colegas de maneira grosseira.

Após a conversa, a professora pediu para que cada estudante realizasse um desenho que representasse o que ele entendia a respeito das boas maneiras e como deviam agir dentro do ambiente escolar, cada estudante, então, realizou o seu desenho e, ao final, alguns queriam escrever diversas palavras relacionadas ao tema, como, por exemplo, não gritar, tratar o colega bem.

Percebe-se que, nesse momento, a professora fica um pouco confusa, porque está em dúvida se, ao ensinar essas palavras para os estudantes, dará início à alfabetização. Ela decide, então, pedir para que escrevam apenas seus nomes, considerando que a maioria dos estudantes já sabe a escrita do próprio nome, prometendo que, em breve, eles iram aprender novas palavras.

Após esse fato, resolvo conversar com a professora, tentando compreender melhor sua atitude e decisão, ela me explica que estava tentando ser coerente com a proposta para a Educação Infantil em que devem ser priorizadas as vivências, a motricidade das crianças e não a alfabetização.

Porém, de acordo com a BNCC, a professora em questão perdeu a oportunidade de começar uma aproximação da criança com a escrita e leitura.

(...) na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. (BRASIL, 2017, p. 40).

A questão da alfabetização na Educação Infantil vem sendo discutida pelos diversos atores educacionais inseridos nos sistemas de ensino, principalmente após a proposta da Base Nacional Comum Curricular, que, em um dos campos de experiência, elenca a importância de também priorizar a linguagem, que é entendida por professores e estudiosos da educação como uma alfabetização precoce na Educação Infantil.

Em conversa com os variados professores da instituição pesquisada, a maioria se encontra um pouco perdida em relação a como agir com os estudantes em sala de aula, porque antes eram trabalhadas apenas as experiências das crianças sem priorizar o desenvolvimento da alfabetização, entendendo que, em anos mais avançados, os estudantes serão alfabetizados.

A partir das observações e das práticas pedagógicas aplicadas no decorrer das aulas, concebe-se que os professores dessa instituição, em sua maioria, não concordam em inserir em seus planejamentos o início de um processo de alfabetização, considerando, desde a Educação Infantil, conteúdos a serem assimilados.

Em sala, é importante que o professor busque aproximar os conceitos do vivenciado, das experiências de seus estudantes, tendo em mente que é significativo conhecer o estudante e mediar, buscando potencializar suas experiências.

CONCLUSÃO

Como primeiro objetivo específico dessa pesquisa, buscou-se verificar a maneira como os professores utilizam o currículo em sala de aula. A análise dos dados mostra que, diante de diversas propostas para elaboração do currículo e planejamento escolar, os professores da instituição pesquisada optam por enfatizar as experiências dos estudantes, procurando trabalhar, a partir da imaginação e das brincadeiras, maneiras de incentivar a vivência de diferentes experiências que trazem novos significados para as crianças, gerando a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes.

O segundo objetivo buscava realizar um paralelo entre o que os professores declaravam e o que ocorre em sala de aula. Percebe-se que, diversas vezes, os professores estão enraizados a concepções que vivenciaram em seus anos escolares e terminam por se contrapor ao que declaram, pois tem momentos de ação pedagógica e posturas em sala de aula, que pouco valorizam as crianças como indivíduos ativos, críticos e reflexivos. Essa não é, no entanto, uma realidade engessada, pois, por exemplo, utilizando o diálogo e apresentando novas concepções, o professor pode ser levado a questionar suas práticas, buscando estudar, pesquisar e refletir a respeito de práticas que valorizem as crianças e suas singularidades na Educação Infantil.

Considerado como último objetivo específico, tem-se a necessidade de compreender como ocorre a utilização do campo de experiência “Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação” em sala de aula e se isso é compreendido como conteúdo escolar. Percebe-se, pela proposta educacional seguida pelos professores, que eles buscam priorizar as vivências das crianças e não as linguagens. Entende-se que os professores defendem que a Educação Infantil não seja etapa para que ocorram processos de alfabetização. Porém, os docentes se mostram confusos com a proposta da Base Nacional Comum Curricular que orienta uma aproximação da alfabetização na Educação Infantil, levantando discussões para que, aos poucos, ocorram reformulações no currículo visando ao desenvolvimento das potencialidades dos estudantes.

Os dados parecem confirmar a importância de compreender a infância e a Educação Infantil como uma etapa de extrema relevância na formação dos cidadãos e que, apesar das diferenças encontradas em sala de aula, o mais importante é

considerar os direitos das crianças, priorizando suas experiências e vivências realizadas no ambiente escolar, familiar e nos diversos meios sociais, valorizando, também, a atuação dos professores que possuem papel importante na formação das crianças, enfrentando desafios, mas rodeados de novas possibilidades que visam a indivíduos críticos e reflexivos.

Pode-se considerar que esse exercício de pesquisa gere apenas um impulso inicial para a discussão e apropriação da Base Nacional Comum Curricular nos tempos e espaços da sala de aula. Acredito que, após sua implementação nos mais diversos sistemas educacionais brasileiros, será possível perceber e analisar novas proposições que façam avançar propostas em relação à Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

- BRASIL.. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc>>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 13 jun.2018
- BRASIL.. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- BRASIL.. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 11 jun.2018
- GATTI, B. A. A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 28, p. 13-34, 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/36066>>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- MARTÍNEZ, A. M. A perspectiva histórico-cultural da subjetividade: implicações para o trabalho pedagógico com crianças deficientes. In: Novas subjetividades, currículo, Docência e questões Pedagógicas - na perspectiva da inclusão social, **Anais do XIII ENDIPE**, pp. 371-387, Recife: 2006.
- MARTÍNEZ, A. M.; REY, F. L. G. **Psicologia, Educação e Aprendizagem Escolar-avanzando na contribuição da leitura cultural-histórica**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2017. v. 1, 206p
- SILVA, T. T. **Currículo e diversidade cultural**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Currículo do curso de graduação em Pedagogia**. 2016. Disponível em: <<https://matriculaweb.unb.br/graduacao/curriculo.aspx?cod=9229>>. Acesso em: 16 jun. 2018.
- COUTO, Hayane Gomes. **A construção de uma pedagogia para a infância: desafios da educação infantil**. 2008.130f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2008.